

VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica

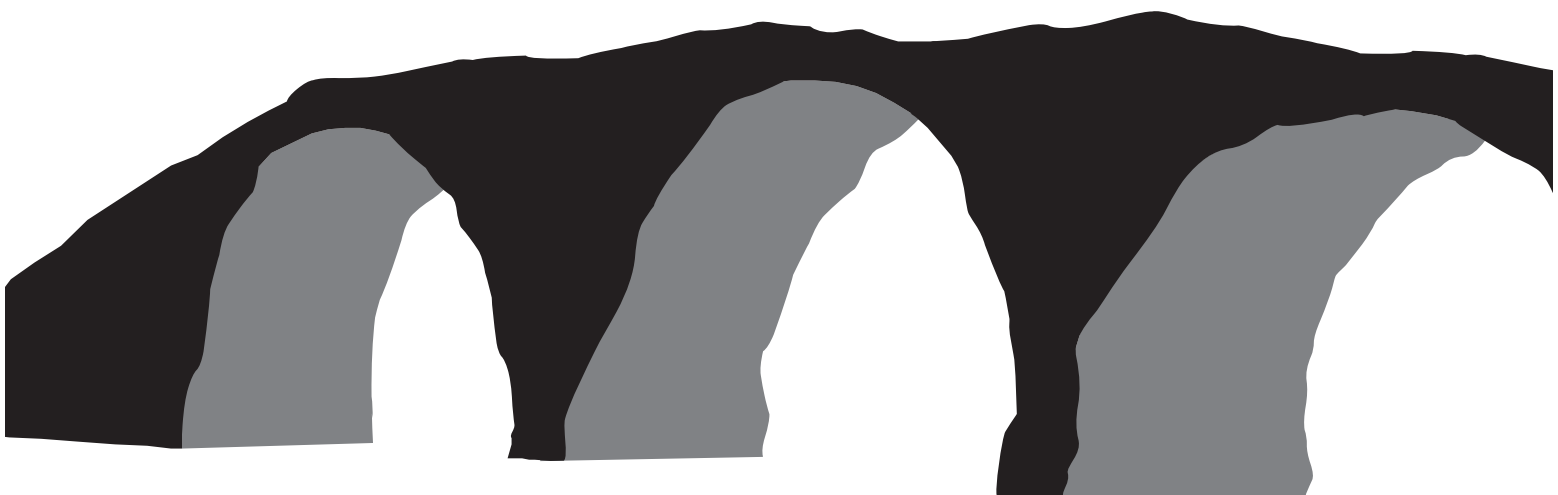
Volume 7 | Número 1 | Janeiro – Junho 2013

ISSN 1981-5875

**ARQUEOLOGIA COMO AÇÃO SOCIOPOLÍTICA:  
O CASO DO CAIS DO VALONGO,  
RIO DE JANEIRO, SÉCULO XIX**

**ARCHAEOLOGY AS SOCIOPOLITICAL ACTION: THE  
CASE OF THE VALONGO WHARF, RIO DE JANEIRO,  
19TH CENTURY**

Tania Andrade Lima



*Data de recebimento: 9/4/2013*  
*Data de aceite: 1/5/2013*

# ARQUEOLOGIA COMO AÇÃO SOCIOPOLÍTICA: O CASO DO CAIS DO VALONGO, RIO DE JANEIRO, SÉCULO XIX

## ARCHAEOLOGY AS SOCIOPOLITICAL ACTION: THE CASE OF THE VALONGO WHARF, RIO DE JANEIRO, 19TH CENTURY

Tania Andrade Lima

---

### RESUMO

Ao longo de sua trajetória, a arqueologia foi colocada, inúmeras vezes, a serviço de ideologias dominantes e não raro espúrias, em geral de cunho fortemente nacionalista. Contudo, a penetração do pensamento crítico na disciplina vem mostrando a relevância da sua atuação em favor de grupos desfavorecidos, sobretudo quando relacionados, na condição de comunidades descendentes, a pesquisas em andamento. Se assumir um caráter ativista e engajado, ela tem forte potencial para contribuir para a construção de políticas sociais emancipatórias e, por conseguinte, para maior justiça social, robustecendo esses grupos perante os interesses dominantes. A materialidade da violência sobre segmentos oprimidos, quando exposta, tem uma contundência que provoca forte impacto sobre a sensibilidade humana, favorecendo reflexões que podem contribuir para uma mudança nas posições desvantajosas ocupadas por esses grupos na sociedade. Neste artigo é apresentada a arqueologia que trouxe de volta o cais do Valongo, local onde desembarcaram centenas de milhares de africanos para serem escravizados no Brasil, concebida como uma ação sociopolítica.

**Palavras-chave:** Cais do Valongo, diáspora Africana, arqueologia sociopolítica

### RESUMEN

A lo largo de su trayectoria la arqueología fue puesta innumerables veces al servicio de ideologías dominantes, y en muchos casos espurias, de tipo nacionalista. De todas formas, la penetración del pensamiento crítico en la disciplina viene buscando la relevancia de su actuación a favor de grupos desfavorecidos,

especialmente aquellos relacionados a grupos de descendientes en los lugares que están siendo realizados trabajados. Asumir una posición activa y comprometida tiene un fuerte potencial para contribuir a la construcción de políticas sociales emancipadoras, y por lo tanto una mayor justicia social, fortaleciendo estos grupos frente a los intereses dominantes. La materialidad de la violencia sobre segmentos oprimidos, cuando queda en evidencia, posee una contundencia que estimula la sensibilidad humana, favoreciendo las reflexiones que pueden contribuir para una transformación en las posiciones de subalternas ocupadas por estos grupos en la sociedad. En este artículo presento la arqueología que trajo de vuelta el puerto del Valongo, lugar en el que desembarcaban centenas de miles de africanos para ser esclavizados en Brasil, concebida como una acción sociopolítica.

**Palabras-clave:** Muelle del Valongo, Diáspora africana, arqueología sociopolítica

#### ABSTRACT

Over its history, archaeology has been used innumerable times to support dominant and often spurious ideologies, generally vehemently nationalist in kind. However the penetration of critical thought into the discipline has shown the importance of its work in favour of disadvantaged groups, especially when the latter comprise descendant communities of the populations under study. By adopting an activist and engaged approach, archaeology has the potential to contribute significantly to the development of emancipatory social policies and hence to greater social justice, strengthening these groups vis-à-vis more powerful interests. When exposed and made public, material evidence of the violence suffered by oppressed groups has a strong impact on human sensibilities, encouraging wider reflections that can help change the vulnerable positions occupied by these groups in society. This article presents the archaeology from the Valongo Wharf, the location where hundreds of thousands of Africans disembarked on arrival in Brazil to be enslaved, a research project conceived as a sociopolitical action.

**Key-words:** Valongo Wharf – african diaspora – sociopolitical archaeology

## INTRODUÇÃO

No contexto das obras de revitalização da Zona Portuária do Rio de Janeiro para as Olimpíadas de 2016, foi exigido, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, o monitoramento arqueológico da área abrangida pela Etapa 1 do intenso programa desenvolvido pela Prefeitura, por se tratar de um dos trechos históricos da cidade, com ocupações que remontam pelo menos ao século XVII.

Cientes de que no subsolo da atual Praça Jornal do Commercio existiu o chamado Cais da Imperatriz, construído em 1843 para receber a Princesa das Duas Sicílias, Teresa Cristina Maria de Bourbon, por ocasião de seu casamento com o Imperador D. Pedro II, e que esse cais resultou, tal como informa uma placa no local, da ampliação e do embelezamento do antigo Cais do Valongo, local de desembarque de centenas de milhares de africanos que chegaram ao Brasil para serem escravizados, elaboramos um projeto específico destinado a encontrá-lo, independentemente do monitoramento.

Não se tratava, então, de privilegiar um determinado momento da história em detrimento de outro, mas sim que a realeza se fez suficientemente lembrar, como testemunha a coluna comemorativa da chegada da Imperatriz ao Brasil, até hoje existente na praça. Porém, não os africanos que por ali chegaram, em um momento da trajetória da humanidade em que se considerou aceitável e justificável aprisionar, torturar e condenar a extenuantes trabalhos forçados indivíduos considerados inferiores em virtude da cor de sua pele. Seu local de desembarque foi aterrado para a construção do novo cais destinado à princesa e os que chegaram pelo Cais do Valongo foram deliberadamente esquecidos, configurando um fenômeno de amnésia social. Topônimos foram substituídos, a rua do Valongo passou a se chamar rua da Imperatriz e o Cais do Valongo passou a se chamar Cais da Imperatriz. Suas evidências materiais foram soterradas, de modo que nada restasse ou lembrasse esse vergonhoso capítulo da nossa história.

Com certeza são as sociedades que decidem o que elas querem lembrar e o que elas preferem esquecer. Porém, essas decisões são sempre tomadas sem a participação dos que estão à margem, justamente aqueles que, em geral, são esquecidos. Assim, cabe à Arqueologia a responsabilidade histórica de trazer à luz aquilo que no passado se pretendeu enterrar e esconder, apresentar suas evidências às sociedades atuais para que elas possam reviver esse passado e encontrar novas formas de lidar com ele. A Arqueologia Histórica que praticamos aspira ser precisamente um antídoto contra essas amnésias e, por essa razão, elegemos como objetivo primordial da pesquisa encontrar o Cais do Valongo. Não apenas pela sua indiscutível importância histórica, mas pelo seu forte significado simbólico para a população afrodescendente do Brasil.

## O CAIS DO VALONGO: BREVE HISTÓRICO

Em 1779, o Vice-rei, Marquês do Lavradio, ao transmitir o governo ao seu sucessor, determinou a transferência do comércio de escravos, feito até então na rua Direita e imediações, à época a parte mais nobre da cidade, para região do Valongo, na sua periferia. Não apenas se entendia serem eles portadores de males contagiosos, como a visão dos negros esqueléticos, doentes e seminus incomodava as elites, tornando necessária a sua remoção para um lugar de menor exposição e visibilidade.

Não se sabe ao certo quando começou a funcionar o Cais do Valongo como local de desembarque de africanos recém-chegados da travessia transatlântica, após a determinação do Marquês do Lavradio. O documento mais antigo de que se dispõe é uma declaração do Intendente Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil, o Desembargador e Ouvidor da Corte Paulo Fernandes Viana, datada de 30 de maio de 1811<sup>1</sup>. Aí ele afirma que, por ordem de Sua Alteza Real o Príncipe Regente, mandara fazer uma rampa e um cais de pedra na praia do Valongo. Essa declaração foi reiterada no relatório por ele produzido ao deixar a Intendência em 1821, onde relatou o que se segue: “fiz o Cais do Valongo no fim da rua deste nome com rampas e escadas para embarque, que foi de suma utilidade por não haver em certas estações local mais cômodo para embarques e desembarques, e iluminei com lampiões o mesmo cais”<sup>2</sup>. Também por ordem de D. João VI, foi implantado, à mesma época, um lazareto na Praia da Gamboa, destinado à quarentena dos que chegavam. O local de desembarque, somado ao lazareto, ao cemitério onde eram sepultados indignamente os que não resistiam às doenças, e ao mercado, local de venda, compuseram, à época, um bem articulado complexo destinado ao negócio da escravidão.

Inexistem, até o momento, documentos comprobatórios do funcionamento desse cais previamente a 1811, para recebimento dos chamados *pretos novos*. O seu desembarque nesse local parece pouco provável à luz de um documento datado de 1811<sup>3</sup>, pelo qual negociantes de escravos argumentavam contra algumas determinações do Alvará de 22 de janeiro de 1810<sup>4</sup>, com força de lei, que dava regimento ao Provedor Mor da Saúde e, entre outros, dispunha sobre o transporte e desembarque de escravos no Rio de Janeiro. Em seu § 5 é dito que

1 Arquivo Nacional, Aforamentos, BR RJANRIO BI O D16 O O389, Folha 9.

2 Abreviada demonstração dos trabalhos da polícia em todo tempo em que serviu o Desembargador do Paço Paulo Fernandes Vianna”. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo 55, parte 1, 1892, p. 373-74.

3 Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, II-34,26,19. “Representação dos proprietários, consignatários e armadores de resgate de escravos a SAR [RJ], 1811”.

4 Alvará de Regimento de 22 de janeiro de 1810. In Leis Históricas, [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/revista/Rev\\_70/alvara.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_70/alvara.htm)

“os navios que trouxeram carga de escravos **esperarão no ancoradouro do Poço ou no da Boa Viagem**, até que se faça a visita da Saúde pelo Guarda-mór e demais oficiais; e feita ela, **irão ancorar e ter quarenta no ancoradouro da Ilha de Jesus**” (grifos nossos).

O parágrafo seguinte fixava que

“no ato da visita se determinarão os dias que cada um destes navios deve ter de quarentena, conforme as moléstias que trouxer, mortandade que tenha havido, e mais circunstâncias que ocorrerem; porém nunca terão de quarentena menos de oito dias, em que **os negros estejam desembarcados e em terra na referida Ilha** para aí serem tratados, fazendo-os lavar, vestir de roupas novas, e sustentar de alimentos frescos; depois do que se lhes dará o bilhete de saúde e poderão entrar na cidade para se exporem à venda no sítio estabelecido do Valongo” (grifo nosso).

Argumentavam os negociantes, em seu documento, sobre o prejuízo que essa determinação trazia ao comércio de escravos, pois que se

“os seus navios devem vir para o **ancoradouro da Ilha de Jesus**, pode(-se) dispensar a espera nos **ancoradouros do Poço ou Boa Viagem**, onde são expostos a inconvenientes do mar, pois é certo que sempre entram com a viração da tarde, que é muitas vezes rija, e nem sempre podem vir preparados de ferros e amarras para sofrerem aquele ancoradouro” (grifos nossos).

Este documento oficial deixa claro onde era feito o desembarque até 1811 - ou no ancoradouro do Poço ou no da Boa Viagem, e, por fim, no da Ilha de Bom Jesus - inexistindo qualquer referência ao do Valongo. Da mesma forma, fica clara a menção a esse local apenas como destino final, depois de os escravos terem desembarcado e cumprido a necessária quarentena, após o que poderiam ser negociados nos armazéns lá existentes. Ou seja, segundo as determinações oficiais, até a criação do Cais do Valongo pelo Intendente Paulo Fernandes Viana em 1811, os navios negreiros ancoravam necessariamente no Poço ou na Boa Viagem e, depois, na Ilha de Bom Jesus. Mas, tendo como destino final os mercados do Valongo, eles podiam ser transportados para lá tanto por terra quanto por mar – nesse último caso, em pequenas embarcações que aportavam decerto no cais.



Durante o período do seu funcionamento como local de desembarque de africanos, o Cais do Valongo recebeu centenas de milhares de indivíduos para serem escravizados, o que fez dele seu principal ponto de entrada das Américas, superando outros no Brasil, no Caribe e nos Estados Unidos. Entretanto, o tráfico sofreu um duro golpe com a Lei de 07 de novembro de 1831, que declarava livres todos os africanos que entrassem no país a partir dessa data, decretando severas punições para os traficantes. Houve uma forte queda na importação de escravos e o mercado negro do Valongo foi desativado.

Se a lei que proibiu o tráfico transatlântico de escravos, em 1831, baixou consideravelmente, em um primeiro momento, o número de africanos que chegavam ao país, logo eles voltaram a crescer, e em maiores proporções<sup>5</sup>. Não é improvável que o Cais do Valongo tenha continuado a recebê-los após essa data, de forma clandestina e escamoteada como tráfico interprovincial, só cessando de fato quando ele foi totalmente aterrado, e sobre ele foi construído, em 1843, um novo cais para receber a Princesa das Duas Sicílias, Teresa Cristina Maria de Bourbon, que chegava então ao Brasil para seu casamento com o imperador do Brasil, D. Pedro II.

Com o cais renovado, foi criada uma superposição e uma oposição fortemente simbólicas: sobre a escória humana vinda da África foi colocada emblematicamente a sua antítese, o outro extremo do arco da sociedade, uma princesa de Bourbon vinda da Europa.

## O ACHADO

Em fevereiro de 2011, quando as frentes de trabalho da Prefeitura chegaram à Praça Jornal do Commercio para a implantação de uma nova galeria de drenagem de águas pluviais, a equipe de arqueologia foi chamada a proceder ao monitoramento da obra. Foi preciso aguardar sua chegada ao local, pois, para dar início às escavações arqueológicas, era necessário não apenas romper a camada de asfalto, mas também determinar a interdição ao trânsito da av. Barão de Tefé, importante artéria da zona portuária, intervenções que só o poder público municipal pode realizar.

Uma vez iniciadas as escavações, foram encontrados, a 1,80m de profundidade, os primeiros vestígios do que se supôs ser o Cais da Imperatriz, no caso, pedras costaneiras de diferentes dimensões, alinhadas, compondo um calçamento. A montante delas, paralelepípedos assentados em cuidadosa disposição geométrica e constituindo um prolongamento das lajotas inicialmente encontradas foram atri-

5 Eltis, David e David Richardson. The Transatlantic Slave Database, <http://www.slavevoyages.org>.



buídos também ao mesmo cais. Uma interrupção nesse calçamento de paralelos, em sentido diagonal, permitiu que as escavações fossem aprofundadas em busca do Cais do Valongo. De fato, a 0,60m abaixo dos paralelos, começou a surgir outro calçamento, este agora de pedras mal talladas e irregulares. Em meio às pedras, foi encontrado um fragmento de cachimbo cerâmico tradicionalmente atribuído a escravos. Havia sido encontrado o Valongo, precisamente duzentos anos depois de sua construção (1811-2011), no Ano Internacional dos Povos Afrodescendentes, dedicado pela Organização das Nações Unidas à “luta contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e outras formas de intolerância que afetam as pessoas de ascendência africana em toda parte”.

Ao cabo de seis meses de trabalho, uma área de cerca de 4.000m<sup>2</sup> havia sido escavada, visando a delimitação do Cais do Valongo, tendo sido os remanescentes do seu calçamento em pé-de-moleque encontrados em grande parte dela. Embora a passagem de redes de drenagem pelo subsolo da praça e das duas pistas da av. Barão de Tefé, ao longo do século XX, tenham danificado consideravelmente o cais da Imperatriz, o do Cais do Valongo, mais profundo, foi bem menos atingido, tendo sido melhor preservado.



**Figuras 1 e 2.** *O cais do Valongo e os remanescentes do cais da Imperatriz.*

Uma copiosa cultura material, pertencente tanto às classes dominantes quanto aos escravos, foi recuperada nas escavações. Desses últimos, foram encontrados basicamente itens de uso pessoal, diferentes tipos de amuletos para a proteção do corpo e objetos relacionados às suas práticas mágico-religiosas, que se destacam tanto pela quantidade quanto pela qualidade. Trata-se de milhares de contas de colares de vidro, em sua maioria, mas também em outras matérias-primas; anéis de fibras vegetais trançadas e torcidas e de metal; brincos e pulseiras de cobre e outros metais; centenas de cachimbos de cerâmica, diversas figas de cobre, madeira e osso; moedas de cobre perfuradas, dezenas de cristais de quartzo, âmbar e corais;

efígies de entidades, centenas de búzios íntegros e perfurados, representações do cosmograma bacongo em vasilhames cerâmicos, em cabo de colher de metal, em fichas de jogo; cascas de coco com decoração incisa, chifres de boi cortados, dezenas de presas de porco, miniaturas cerâmicas de uso ritual, objetos impregnados com o pó branco que simboliza os mortos, o *efun*, nome jeje-nagô, ou *mpemba*, designação angola; milhares de seixos de uso ritual, entre muitos outros.

Sem condições de escrever sua própria história, os escravos do Valongo deixaram para trás esses objetos, perdidos, abandonados, esquecidos ou escondidos. Através dos seus pertences, eles falam sobre suas angústias, seu desespero, mas também sobre suas esperanças e sobre as estratégias de sobrevivência que desenvolveram, em um discurso silencioso, porém extremamente eloquente. Essa foi a herança que eles puderam deixar para a sua descendência e também para a posteridade, agora recuperada pelas escavações arqueológicas.

#### ARQUEOLOGIA COMO AÇÃO SOCIOPOLÍTICA

A arqueologia, durante muito tempo, convenientemente protegida por uma aura de suposta neutralidade e inocência, foi cruamente desnudada nas últimas décadas do século XX. Por baixo da sua aparente ingenuidade, foi mostrada a sua verdadeira face, a de uma disciplina cuja natureza é intrínseca e essencialmente política, como tão bem atesta a sua trajetória, onde quer que ela tenha sido praticada no tempo e no espaço. Atendendo a um amplo espectro ideológico ao longo de sua história, ela foi posta a serviço das mais variadas causas, mas quase sempre para sustentação da ordem vigente ou para a manutenção de ideologias dominantes, em particular por regimes ditatoriais, naturalizando agendas políticas que buscavam sua legitimação em relatos do passado supostamente objetivos (Lima 1988; Arnold 1990; Kohl & Fawcett 1995; Díaz-Andreu & Champion 1996; Kane 2003; Galaty & Watkinson 2004; Lima 2007)

Já a convicção de que, pelo contrário, a produção do conhecimento arqueológico pode ir contra a corrente e trabalhar a favor da emancipação de segmentos marginais e excluídos é relativamente recente na disciplina. Essa convicção surgiu com vigor a partir da progressiva penetração e incorporação das teorias críticas ao pensamento arqueológico (Lumbreras 1981; Leone 1982; Hodder 1982, 1986; Shanks & Tilley 1987, 1988; Leone et al. 1987; Leone & Potter 1988; Tilley 1989; Handsman & Leone 1989; McGuire 1992; Vargas & Sanoja 1999; Gnecco & Zambrano 2000; Marshall 2002; Meskell 1998, Shackel & Chambers, 2004; Politis & Gollán 2004; López Mazz 2006;

Preucel & Mrozowski 2010, Zarankin & Salerno 2008), estimulando reflexões sobre as diferentes estratégias de dominação que capturam os indivíduos em tramas de opressão e impedem sua emancipação. Ora francamente abertas, declaradas, ora sutis e veladas, essas tramas foram tecidas no passado e continuam sendo construídas no presente ao longo de dimensões como raça, classe, gênero, religiosidade, etnicidade e sexualidade, controlando o acesso ao conhecimento, à informação, à livre expressão, aos direitos básicos dos indivíduos e à cidadania.

Para compreender essas tramas em suas manifestações no presente, é preciso, antes de tudo, investigar suas raízes subterrâneas no passado e trazê-las à luz, denunciando-as para que percam sua força. Como disse Shackel (2011), é importante saber como se desenvolveram as injustiças, de modo a se entender porque elas existem hoje. Também Wood (2002:190), à luz da Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire (1970), diz que os estudos feitos pela disciplina sobre as relações sociais no passado devem ser usados para compreender a desigualdade social no presente. E é aí que a arqueologia, como um *locus* de ação política (Pinsky 1989:95), pode exercer um papel fundamental na luta de grupos desfavorecidos pela sua emancipação e empoderamento. Na denúncia dos processos de opressão a que foram submetidos, a materialidade exposta tem uma contundência que provoca forte impacto sobre a sensibilidade humana, favorecendo reflexões que podem contribuir para uma mudança nas posições desvantajosas ocupadas por esses grupos na sociedade. A eloquência desse discurso material, que expõe ao olhar, ao tato, aos sentidos em geral a brutalidade dessas estratégias, repercute fundo no íntimo das pessoas, sensibilizando-as para ações transformadoras.

É nesse plano ideológico que a arqueologia pode ser profundamente eficaz (McGuire 2008), influenciando em posicionamentos morais e éticos e contribuindo para estimular o sentido de justiça social. Porém, isto vai depender da forma como a prática arqueológica é construída. Se engendrada como uma ação sociopolítica, ela tem forte potencial para contribuir, para robustecer esses grupos perante os interesses dominantes. Assumindo, como Tilley (1989), que a prática arqueológica é um instrumento do presente, indiscutivelmente ideológico, ela se torna vigorosa se assumir um caráter ativista, se for criticamente engajada, da mesma forma como defende Speed (2006) para a antropologia. Isso implica interação, diálogo contínuo, colaboração e participação efetiva das comunidades marginalizadas que de alguma forma estão envolvidas com a pesquisa, para a defesa dos seus interesses. No caso do Valongo, os afrodescendentes.

A prática de uma arqueologia socialmente responsável envolve necessariamente engajamento, implica colocar os remanescentes do passado a serviço de causas atuais, vale dizer, a serviço da luta por reconhecimento, respeito, justiça e direitos fundamentais de grupos étnicos historicamente discriminados. O passado é, sabidamente, uma ferramenta poderosa para a ação social no presente, de tal forma que cabe a uma Arqueologia social, ativista e emancipatória fazer uma ponte entre ambos.

Em sua esmagadora maioria, os negros, em sua sobreposição com os economicamente desfavorecidos e socialmente à margem, carregam até hoje o estigma da escravidão, na forma da subalternidade, das condições indignas de sobrevivência e das diferentes formas de coerção às quais estão permanentemente submetidos. O conhecimento arqueológico deve ser colocado tanto quanto possível a serviço de causas sociais, de modo que ele possa contribuir para a construção de políticas sociais emancipatórias não só para esses, mas para outros grupos oprimidos e, em última instância, para maior justiça social, ajudando a estancar a erosão dos valores humanistas.

A cuidadosa tentativa dos segmentos dominantes da sociedade escravista de apagar o passado tenebroso e sombrio do Valongo e de relegar seus horrores ao esquecimento definitivo, soterrando-o e substituindo-o pelo Cais da Imperatriz, foi até recentemente muito bem sucedida. Contudo, nós acreditamos e investimos na possibilidade de trazê-lo de volta. O passado do Valongo, supostamente apagado e, nessa condição, condenado a uma perpetuidade congelada, irrompeu com força de dentro da terra e, pulsante, está mostrando seu vigor. O Valongo exala opressão, racismo, intolerância, desigualdade e marginalidade no limite. Ele evoca um passado pesado e opressor, cujas consequências se fazem sentir até hoje e serão sentidas ainda por muito tempo no Brasil. Por isso mesmo, impregnado do sentido de lugar, ele por certo estimula a reflexão e inspira consciência social, o que favorece sua transformação em espaço de engajamento e diálogo cívicos, como propõe Silverman (2011), propício à ação social. Em nosso ponto de vista, sua força e poder simbólico podem ser colocados a serviço das causas da militância negra contra a desigualdade social, política, econômica, assim como do ativismo político que luta pelos direitos humanos mais fundamentais e pelo respeito à diversidade étnica.

Ao trazê-lo de volta, foi nosso propósito devolver aos escravizados do Valongo – ignorados ou esquecidos pelas narrativas dominantes e que ficaram à sombra por dois séculos - o direito de serem lembrados. É preciso lembrar, lembrar sempre e em qualquer circunstância. Meskell e Weiss (2006, p. 96)



alertaram para o fato de que, se não estivermos atentos, os erros do passado podem ser facilmente repetidos. E, nessa circunstância, a materialidade desses erros trazida à tona pela arqueologia no Cais do Valongo constitui um alerta constante e uma denúncia permanente, de tal forma que o confronto direto com a violência ali praticada estimula no presente um sentido de justiça social (Little, 2007). Ele é um símbolo de um passado que jamais poderá se repetir na trajetória da humanidade e sua exposição ao público, como um local destinado à reflexão e à lembrança, pode contribuir para inspirar a tolerância e o respeito às diferenças.

#### A AÇÃO COM A COMUNIDADE DESCENDENTE

Desde o primeiro momento, essa pesquisa foi concebida como uma ação sociopolítica, tendo em vista sua dimensão histórica, social e política, e foi desenhada prevendo uma vigorosa interação com a comunidade afrodescendente.

Contudo, e admitimos que inesperadamente, foi necessário um estímulo inicial para que essa ação fosse desencadeada. Assim que o achado do Valongo começou a ser intensamente noticiado pelos meios de comunicação, nacionais e internacionais, nós nos dissemos: os negros vão começar a chegar para conhecer o que nós encontramos. Esperamos a primeira semana, mas não apareceu ninguém. A segunda, a terceira, e nada. Na quarta semana, sem que ninguém se manifestasse, pensamos: a equipe de arqueologia trabalhou tão duramente para tirar o Valongo de dentro da terra e entregá-lo à comunidade descendente e ninguém aparece para receber o que temos a oferecer? Naquele momento, decidimos que, se eles não vinham espontaneamente, teriam que vir a convite.

Valendo-nos da prestimosa intermediação do Instituto Pretos Novos, na pessoa de Ana Maria de la Merced Guimarães dos Anjos, sua presidente, convidamos para um encontro no local das escavações representantes dos órgãos de defesa dos direitos dos negros em nível federal, estadual e municipal. Atendendo ao chamado, vieram ao Valongo, no dia 17 de março de 2011, o representante da Fundação Palmares no Rio de Janeiro, Benedito Sergio de Almeida Alves; o presidente do Conselho Estadual dos Direitos do Negro – CEDINE, Paulo Roberto dos Santos; o coordenador da CEPPIR, Coordenadoria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Rio de Janeiro, Carlos Alberto Medeiros, além de integrantes da direção do Instituto Pretos Novos. Ouvindo o relato do trabalho realizado, percorrendo o local das escavações em andamento e vendo a dimensão dos achados, todos ficaram

bastante emocionados. Naquele momento, reconhecendo unanimemente a importância do que tinham diante de si, o grupo sugeriu que fosse redigida ali mesmo o que designaram como a *Carta do Valongo*, um documento onde propuseram, tendo tomado ciência dos resultados da pesquisa arqueológica no antigo cais, principal ponto de entrada dos africanos escravizados trazidos para o Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX, que ali fosse criado o Memorial da Diáspora Africana, na verdade uma antiga aspiração do historiador Carlos Eugênio Líbano Soares.



**Figura 3.** À frente, da esquerda para a direita: o presidente do Conselho Estadual dos Direitos do Negro – CEDINE, Paulo Roberto dos Santos; o então coordenador da CEPPIR, Coordenadoria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Rio de Janeiro, Carlos Alberto Medeiros; o representante da Fundação Palmares no Rio de Janeiro, Benedito Sergio de Almeida Alves, e integrantes da direção do Instituto Pretos Novos.

Esse encontro nos deixou particularmente satisfeitos, na medida em que o documento do qual o grupo foi signatário selava, de certa forma, o comprometimento dessas três instâncias públicas com o achado do Valongo. Nosso entendimento foi o de que, dali para diante, a notícia se propagaria de modo a

que seus integrantes finalmente tomassem posse do local que, por direito de descendência, lhes pertence.

O segundo movimento positivo que nós recebemos, esse absolutamente espontâneo, foi feito em um final de tarde, quando já não havia mais ninguém no Valongo. Nós estávamos deixando a área de trabalho quando avistamos junto ao cais um grupo de pessoas olhando as pedras e conversando. Nós nos aproximamos prontamente e nos oferecemos para responder a qualquer pergunta que eles desejassem fazer a respeito da pesquisa. E assim nós conhecemos o grupo da Incubadora Afrobrasileira, organização criada em 2004 com o objetivo de desenvolver o protagonismo econômico da população negra, apoiando micro e pequenos negócios através da formação em gestão, consultoria, apoio logístico e assistência técnica. Capitanado por seu fundador e diretor executivo Giovanni Harvey, esse grupo acompanhou todo o tempo o trabalho desenvolvido no Valongo, além de promover incontáveis visitas das empresas incubadas pela organização.



**Figura 4.** *Integrantes da Incubadora Afrobrasileira e seu diretor executivo, Giovanni Harvey, o quarto da esquerda para a direita.*



Daí em diante, começaram a chegar ao Valongo outras lideranças, como Damião Braga dos Santos, Coordenador da Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas e membro do Conselho Diretor da Associação da Comunidade Remanescente do Quilombo Pedra do Sal. Ele passou a acompanhar de perto o nosso trabalho, convidando-nos a fazer palestras e participar de eventos na Pedra do Sal, um dos mais importantes locais de celebração e preservação da memória negra, situado nas imediações do Valongo. O coordenador Amauri Silva, que sucedeu a Carlos Alberto Medeiros na CEPPIR, órgão do Gabinete Civil do município, incumbido de elaborar e implementar políticas públicas de promoção da igualdade racial na cidade, agindo de forma transversal em toda a estrutura governamental; Marcelo Dias, Superintendente da SUPIR - Superintendência da Igualdade Racial da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, que coordena e acompanha políticas transversais do governo estadual para a promoção da igualdade racial e combate ao racismo; e a Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial – SEPIR, Luiza Helena de Barrios, que, em visita realizada em maio de 2011, declarou-se fortemente emocionada com o que viu diante de si.



**Figura 5.** Damião Braga dos Santos, Coordenador da Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas e membro do Conselho Diretor da Associação da Comunidade Remanescente do Quilombo Pedra do Sal. **Figura 6.** Amauri Silva, coordenador da CEPPIR, Coordenadoria Especial de Promoção da Igualdade Racial do município do Rio de Janeiro.



**Figura 7.** À direita, Marcelo Dias, Superintendente da SUPIR - Superintendência da Igualdade Racial da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos. **Figura 8.** À esquerda, a Ministra de Estado Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, Luiza Helena de Bairros, em vista realizada em maio de 2011, debaixo de forte chuva.

Paralelamente a esses movimentos iniciais, fomos convidados a participar de alguns encontros realizados pelo Movimento Negro, levando a notícia dos achados do Valongo, expondo a todos seu significado social e simbólico e sua importância para o ativismo político, exortando a todos no sentido de tomarem posse do que é seu, em primeiro lugar, por direito de descendência.



**Figuras 9 e 10.** Encontro promovido em abril de 2011 pela Fundação Palmares no Rio de Janeiro, sob a direção de Benedito Sérgio de Almeida Alves, para apresentação e discussão do achado do Cais do Valongo, à esquerda; Entrevista realizada no Centro Cultural Pequena África, em setembro de 2011, à direita.



**Figura 11.** Apresentação dos achados do cais do Valongo em reunião do Movimento Negro com presença da Ministra da Igualdade Racial, Luiza Bairros (ao centro, sentada) e do Superintendente da Igualdade Racial, Marcelo Dias (ao centro, em pé), realizada em maio de 2011.

Com o avanço das pesquisas, representantes de entidades estrangeiras vieram visitar o Valongo, como Judith Morrison, *Senior Advisor* da *Gender and Diversity Unit* do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID; Alissandra Cummins, vice-presidente do *Intergovernmental Committee for the Protection of the World Natural and Cultural Heritage* e *Chairperson of the UNESCO Executive Board*. Africanos interessados nos achados do Valongo, como Sua Alteza Real a Princesa de Lagos, Nigéria, Erelu Abiola Dosonmu, Erelu Kuti IV de Lagos; Wole Soyinka, de Abeokutá, Nigéria, Prêmio Nobel de Literatura, 1986; o Prof. Elisée Soumonni, da República do Benin; o historiador da escravidão, Paul Lovejoy, da Universidade de York, no Canadá; arqueólogos e bioantropólogos norte-americanos que trabalham com o tema, como Theresa Singleton, da *Syracuse University*, e Michael Blakey, pesquisador responsável pelos trabalhos desenvolvidos no *African Burial Ground*, de Nova York, entre muitos outros, atestando o interesse internacional que o sítio arqueológico vem despertando. Matérias sobre o Valongo foram publicadas em alguns dos principais periódicos do mundo, como os ingleses *The Guardian* e *The Economist*, o francês *Le Monde*, o holandês *NRC Handelsblad*, entre muitos outros;



por redes de televisão como a inglesa BBC e a alemã *Deutsche Welle*, entre várias outras, além de terem sido distribuídas internacionalmente por agências de notícias, como a *Associated Press*, a latino-americana *Infosurhoy*, e jornalistas *freelancers* norte-americanos, como Taylor Barnes. Essa ampla divulgação levantou o tema do racismo e da escravidão mundo afora, despertando reflexões e consciências críticas sobre o sofrimento intenso que seres humanos são capazes de infligir uns aos outros, quando movidos por preconceitos raciais.



**Figura 12.** *Judith Morrison, Senior Advisor da Gender and Diversity Unit do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID*

Contudo, a primeira e tocante apropriação feita de fato do Valongo pela comunidade negra foi a escolha das suas pedras para a realização da cerimônia religiosa de sétimo dia do falecimento do Senador Abdias Nascimento, grande liderança negra, em maio de 2011, quando o trabalho ainda ia a meio, com apenas três meses de pesquisa. Naquele momento, eu acreditei que a comunidade negra estava de fato tomando posse do Valongo, reconhecendo-o como lugar dos seus ancestrais, aos quais se juntava, naquela circunstância, o Senador, ao se tornar mais um deles. Essa cerimônia foi novamente repetida,

no mesmo local, nos ritos que celebraram um ano da sua passagem. Nessa última cerimônia, foram vertidos sobre as pedras cachaça, água e vinho para os ancestrais. Em seguida, foram jogadas pétalas de rosas brancas no Valongo, e uma pomba branca, simbolizando a libertação, foi solta. Essa cerimônia, mais uma vez, sacramentou o Valongo como o lugar dos ancestrais.



**Figuras 13 e 14.** *Celebração religiosa do sétimo dia de falecimento do Senador Abdias Nascimento, em maio de 2011, a esquerda; Celebração religiosa de um ano de falecimento do Senador Abdias Nascimento, em maio de 2012, a direita.*

Por outro lado, desde o início da pesquisa, à medida que os objetos iam sendo encontrados, entendemos que a comunidade descendente devia assumir um papel ativo na sua interpretação, tornado-se parceira da investigação arqueológica. Começamos, então, a procurar religiosos de matriz africana, de reconhecida seriedade e respeitabilidade, que se dispusessem a vir ao Valongo. Em primeiro lugar, para apresentarmos a eles os objetos relacionados ao domínio do sagrado que nós estávamos encontrando, no entendimento de que eram do seu maior interesse. E, sobretudo, para transferirmos para eles a prerrogativa da sua interpretação. Sendo a equipe de arqueologia de formação cristã e sem qualquer familiaridade com religiões de matriz africana, era fundamental que ouvíssemos o que essas tradições tinham a dizer sobre essas peças e nos ensinassem seu significado, buscando, com esse contato direto, alcançar outro dos objetivos do projeto: o estabelecimento de conexões entre o que foi desenterrado e a comunidade descendente.

Consultamos em primeiro lugar, em julho de 2011, a Mãe Menininha de Oxum, conceituada ialorixá que nos recebeu generosamente em seu terreiro e nos iluminou com seus conhecimentos. Em seguida, nos foi trazida por

lideranças negras a Mamentu Idaobá, Mãe Celina de Xangô, que chegou a nós acompanhada do mestre Rubem Confete, radialista, sambista e, sobretudo, o grande memorialista da Pequena África, designação dada à parte da zona portuária, na qual, desde o século XIX, houve forte concentração de afro-descendentes, e onde se encontra o Valongo. Em sua memória prodigiosa, ele carrega toda a história da região e nos fez relatos preciosos. Tanto ele quanto a Mãe Celina se tornaram, desde então, colaboradores incansáveis da pesquisa.



**Figuras 15 e 16.** À esquerda, Mamentu Idaobá, Mãe Celina de Xangô; e, à direita, Mãe Edelzuíta, a quarta filha mais velha da Mãe Menininha do Gantois, interpretando os objetos religiosos encontrados no Valongo.

Era nossa intenção ouvir religiosos de diferentes tendências, de tal forma que acolhemos calorosamente a indicação do nome do Prof. Fernando Portugal Filho, babalawô da tradicional religião yorubá, honrado com o certificado Egbé Lógun Ede ‘Ni Ifon, em Òyó, Nigéria, de grande respeitabilidade nos meios pelos seus conhecimentos, que nos foram repassados da mesma forma com generosidade. Mais recentemente, somou-se aos três religiosos anteriormente consultados a ialorixá Mãe Edelzuíta, a quarta filha mais velha da Mãe Menininha do Gantois, que veio de Salvador há muitas décadas e se radicou no Rio. Da mesma forma, ela nos iluminou com seu saber, tendo conduzido diversos rituais no Valongo.

Todos os quatro religiosos interpretaram os objetos da mesma forma, e isso foi muito importante para nós. Embora de diferentes tendências, ficou claro que há um fundo comum a partir do qual essas interpretações foram construídas,



com uma profundidade temporal de pelo menos 200 anos no Rio de Janeiro. Isso muda um pouco a história, pois é notoriamente sabido que as religiões de matriz africana aí se instalaram no início do século XX, vindas da Bahia. O Valongo, no entanto, está mostrando evidências dessas práticas mágico-religiosas no Rio pelo menos cem anos antes do que é apregoado.

Um importante desdobramento, decorrente do achado, para a valorização dos afrodescendentes, foi a criação, na Semana da Consciência Negra, em 2011, do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana, pela então Subsecretaria do Patrimônio Cultural, hoje Instituto Rio Patrimônio da Humanidade. Por decreto do Prefeito<sup>6</sup>, foi criado um grupo de trabalho, composto em grande parte por lideranças negras, destinado a produzir o conceito e o roteiro desse circuito. Anunciado formalmente em cerimônia realizada no Valongo, que contou com a presença do Presidente da Fundação Palmares, dos Secretários da Cultura e de Obras e do Superintendente da Igualdade Racial, entre outros, esse circuito incluiu inicialmente, além do Valongo, mais cinco lugares de memória da herança africana nas suas imediações, entre eles o Cemitério dos Pretos Novos e a Pedra do Sal, cada qual remetendo a uma dimensão da vida dos africanos e seus descendentes na região portuária. Esse grupo produziu, como resultado de três meses de trabalho, o documento intitulado *Recomendações do Valongo*, que destaca, entre outros aspectos, a dimensão política das descobertas arqueológicas.



**Figura 17.** Criação do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana, na Semana da Consciência Negra, em novembro de 2011. Sentado, de chapéu, o sambista e radialista Rubem Confete.

<sup>6</sup> Decreto 34.803, de 29 de novembro de 2011, publicado no Diário Oficial do Município em 30 de novembro de 2011



Esse circuito foi inaugurado em 01 de julho de 2012, e, nessa data, as ialorixás fizeram a lavagem das pedras do Valongo, em belíssima e emocionante cerimônia. Acompanhadas do grupo Afoxé Filhos de Gandhi, responsável pela percussão, as religiosas prestaram uma tocante homenagem aos ancestrais que por ali passaram, orando, entoando cantos em seu louvor e pedindo a proteção das entidades.



**Figuras 18 e 19.** *Lavagem das pedras do Valongo e homenagem aos ancestrais no dia 01 de julho de 1912.*

Em outro momento, tendo em vista que, para as ialorixás, o Valongo encontra-se sob a proteção de Xangô, deus da justiça, foi feito um ritual para deposição de uma oferenda a essa divindade, no meio da praça ainda em obras, à luz do entendimento de que finalmente foi feita justiça no Cais do Valongo. Outro ritual, este fechado e impedido de ser documentado, foi conduzido internamente, no local em que se encontravam os objetos dos escravos recuperados nas escavações. Foram colocadas oferendas aos ancestrais e pedida a proteção das entidades.



**Figura 20.** *Oferenda das religiosas a Xangô, deus da justiça, nas pedras do cais do Valongo.*

Essa intensa participação e parceria da comunidade negra na pesquisa, inclusive como integrantes da equipe de arqueologia, possibilitou que outras vozes – aquelas que de fato importam no caso do Valongo – fossem ouvidas e, mais ainda, acatadas, em profundo respeito à sua condição de descendentes, e às suas tradições.

Em agosto de 2012, promovido pela Fundação Palmares e Organização das Nações Unidas pela Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco, foi realizado em Brasília o Seminário Internacional “Herança, Identidade, Educação e Cultura: gestão dos sítios e lugares de memória ligados ao tráfico negreiro e à escravidão”, fruto do projeto internacional “Rota do Escravo”, com presença de membros do seu Comitê Científico e de seu diretor cultural, Ali Moussa Iye. Na abertura, a então Ministra da Cultura, Ana de Hollanda, e a Ministra da Igualdade Racial, Luiza Barrios, pediram a inscrição da candidatura do Valongo a Patrimônio da Humanidade, em reconhecimento à sua alta relevância.



**Figura 21.** Mesa de abertura do Seminário Internacional “Herança, Identidade, Educação e Cultura: gestão dos sítios e lugares de memória ligados ao tráfico negreiro e à escravidão”, realizado em agosto de 2012, em Brasília, onde as ministras da Cultura e da Igualdade Racial (ao centro) lançaram, juntamente com a Fundação Palmares, a proposição do Valongo como candidato a Patrimônio da Humanidade. Foto: cortesia da Fundação Palmares.

#### A RELAÇÃO DA COMUNIDADE DESCENDENTE COM O VALONGO

Decorrido quase um ano da conclusão da pesquisa de campo no Cais do Valongo, o que observamos neste momento é que, até agora, apenas os religiosos e os segmentos mais intelectualizados da comunidade descendente se envolveram com o sítio. Os primeiros, por reconhecerem nele o local dos seus ancestrais, intensamente cultuados pelas religiões de matriz africana. E os últimos, por entenderem plenamente seu significado simbólico, social e político.

Por diversas vezes perguntamos a algumas lideranças negras, à guisa de provocação, onde estava o povo. Aquilo a que sempre aspiramos - a nova praça como um local de intensas manifestações políticas, religiosas, artísticas, culturais ou de qualquer outra natureza - até agora não aconteceu. Assistimos tão somente, salvo melhor juízo, a algumas visitas isoladas de pessoas, muitas delas humildes, que se sentam diante do sítio e lá permanecem algum tempo, pensativas, ou de pequenos grupos. Mas, jamais movimentos mais amplos, coletivos, que promovam uma maior conscientização do povo negro, que expressem suas aspirações e reivindicações ou que celebrem suas conquistas e vitórias. Tampouco a praça vem sendo utilizada para seus ritos de celebração

ou para seus festejos. Assim, mais uma vez, se repete na história recente do Valongo um intrigante distanciamento daqueles que, em princípio, deveriam ser seus principais interessados.

Só que agora, ao contrário do convite feito inicialmente a representantes de entidades ligadas aos direitos dos negros para a apresentação do sítio e das exortações para que todos viessem conhecê-lo, não faz mais sentido qualquer intervenção de nossa parte. À Arqueologia coube tão somente a tarefa de trazer o Valongo de volta, e aí está o seu limite. Nós o trouxemos para a comunidade afrodescendente e cabe a ela, como sua mais legítima herdeira, tomar posse (ou não, se assim preferir) do que, por direito de descendência, lhe pertence. E decidir, se esse for o caso, de comum acordo com os governantes, o que desejam fazer com seu patrimônio. E, nesse momento, tendo cumprido seu papel, a arqueologia sai de cena.

A interpretação que fazemos para esse surpreendente distanciamento, uma questão já levantada previamente na literatura por Singleton (2003), é a repulsa da esmagadora maioria da comunidade afrodescendente à sua associação com a escravidão. Essa parece ser uma página que eles desejam ver definitivamente virada e memorará-la se afigura como algo indesejável, desconfortável, constrangedor. Já observamos essa reação em diferentes circunstâncias, como em comunidades negras rurais que recusam seu reconhecimento como remanescentes de quilombos, negando seu passado escravo, ainda que todas as evidências apontem nessa direção.

Mais ainda, ao longo da pesquisa e pouco após a redação da Carta do Valongo, começaram a circular notícias de que a Fundação Palmares, em lugar de um Memorial da Diáspora Africana, defendia um Memorial da Escravidão. Conversando com interlocutores negros mais próximos, expusemos nosso ponto de vista de que o memorial deveria ser, antes de tudo, uma celebração da diversidade étnica e cultural que entrou pelo Valongo, vinda da África, e que enriqueceu de forma extraordinária o povo brasileiro. Destacando, evidentemente, que isto ocorreu na circunstância da sua escravização, mas sem amarrar perpetuamente a comunidade negra a uma trajetória de sofrimento e de dor. A opinião unânime de todos os que foram ouvidos foi contrária ao memorial tal como estava sendo concebido pela Fundação Palmares, o que reitera o que se configura como um forte desejo de distanciamento de antecedentes que lhes são profundamente penosos.

O Valongo, como um lugar de sofrimento inenarrável que proporciona uma experiência tangível, impactante, impõe uma profunda reflexão sobre a



escavidão e suas consequências para a formação social brasileira. Contudo, há ali algo muito maior a ser celebrado. Se a escavidão, como o episódio mais brutal de nossa história, e seus efeitos (até hoje sentidos) precisam ser permanentemente denunciados e lembrados para que nunca mais se repitam na trajetória da humanidade, a diáspora precisa ser celebrada. Foi ela que proporcionou ao povo brasileiro a riqueza e a diversidade cultural trazida pelos africanos, incorporadas para sempre à nossa identidade. Com sua força de trabalho, com o vigor de sua determinação e resistência, com a pujança dos seus ritmos e de sua musicalidade, eles nos trouxeram seus sabores, impregnaram-nos com suas crenças, fecundaram-nos com a sonoridade dos seus idiomas, imprimindo definitivamente sua marca em todos os setores da vida social e na intimidade de cada um de nós.

O que se observa é que, aparentemente – e também compreensivelmente –, a comunidade negra lida de forma ambígua com essa dor, ora com atitudes de valorização do pesado passado da escavidão, ora preferindo esquecer ou mesmo rejeitar qualquer vinculação com ele, o que pode explicar a ausência das manifestações coletivas no Valongo, pelas quais tanto ansiamos. O que as circunstâncias nos permitem supor é que os afrodescendentes se identificam muito mais com os arrojados movimentos de resistência à opressão, de luta por maior justiça social e de orgulho étnico, como as revoltas dos quilombolas, das quais Zumbi e Palmares são os símbolos máximos, do que com a humilhação da condição cativa, o que é, da mesma forma, plenamente compreensível.

Isso mais uma vez ficou evidente no último Dia Nacional da Consciência Negra, em 20 de novembro de 2012, quando o Movimento Negro Unificado, através do Conselho Estadual dos Direitos do Negro – CEDINE, organizou a “Agenda Única Rio Zumbi 2012”, que concentrou as celebrações da data no Monumento a Zumbi dos Palmares, com danças, cantos, flores, lavagem com água de cheiro e outras manifestações culturais, um evento já tradicional no Rio de Janeiro. Para o velho Cais do Valongo não foi cogitada nenhuma programação, e ele permaneceu deserto, vazio e, mais uma vez, esquecido.

Uma única exceção registrada vem sendo a manifestação espontânea do Grupo Kabula de capoeira Angola. Trata-se de capoeiristas que vêm promovendo rodas mensais de cunho educativo e cultural em diferentes pontos da cidade e que decidiram transformar a primeira que realizaram no Cais do Valongo em um evento fixo, mensal. Propondo a formação de consciências críticas, pretendem manter viva a memória da cultura negra na Zona Portuária, transformando “um lugar de sofrimento para os negros em um ambiente

de confraternização e celebração da cultura africana”, precisamente nossa maior aspiração.

Essa é uma iniciativa da maior importância, de caráter seminal, que pode estimular outras na mesma direção e livrar o Valongo do multissecular estigma do esquecimento. Os africanos que por ali chegaram na condição de escravizados foram esquecidos e apagados pelos dominantes, mas serem esquecidos pelos seus descendentes é uma dupla e imerecida condenação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARNOLD, B. 1990. The past as propaganda: totalitarian archaeology in Nazi Germany. *Antiquity* 64:464-78.
- DÍAZ-ANDREU Margarita & CHAMPION, Timothy (eds.). 1996. *Nationalism and archeology in Europe*. London: UCL Press.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. New York: Herder & Herder, 1970. Republicado 23ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GALATY, Michael L. & WATKINSON, Charles. 2004. *Archaeology under Dictatorship*. New York: Kluwer Academic / Plenum Publishers.
- GNECCO, Cristóbal & ZAMBRANO, Marta. 2000. *Memorias hegemónicas, memorias disidentes. El pasado como política de la historia*. Santafé de Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología.
- HANDSMAN, Russel G. & LEONE, Mark P. 1989. Living history and critical archaeology in the reconstruction of the past. In PINSKY, Valerie & WYLIE, Alison (eds.). *Critical traditions contemporary archaeology. Essays in the philosophy, history and socio-politics of archaeology*. Cambridge, Cambridge University Press, p.117-135.
- HODDER, Ian (ed.). 1982. *Symbolic and structural archaeology*. Cambridge, Cambridge University Press.
- HODDER, Ian. 1986. *Reading the Past. Current approaches to interpretation in archaeology*. Cambridge, Cambridge University Press.
- KANE, Susan (ed.). 2003. *The politics of archaeology and identity in a global context*, Boston: Archaeological Institute of America.
- KOHL, Philip L. & FAWCETT, Clare (eds). 1995. *Nationalism, Politics, and the Practice of Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LEONE, Mark. 1982. Some opinions about recovering mind. *American Antiquity*, 47:742-60.
- LEONE, Mark P., POTTER JR., Parker B. & SCHACKEL, Paul A.. 1987. Towards a Critical Archaeology. *Current Anthropology* 28:283–302.



- LEONE, Mark P. & POTTER JR., Parker B. (eds.). 1988. *The Recovery of Meaning: Historical Archaeology in the Eastern United States*. Washington D.C.: Smithsonian Institution Press.
- LITTLE, Barbara J. & SHACKEL, Paul A. (eds.). 2007. *Archaeology as a tool of civic engagement*. Lanham, AltaMira Press.
- LIMA, Tania Andrade. 2007. A arqueologia na construção da identidade brasileira: uma disciplina no fio da navalha. *Canindé* 10:11-26.
- LIMA, Tania Andrade. 1988. Patrimônio Arqueológico, Ideologia e Poder. *Revista da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, vol. 5(1):19-28.
- LÓPEZ MAZZ, J. 2006. Una Mirada Arqueológica a la Represión Política en Uruguay. In P.P. Funari & Andrés Zarankin (eds.) *Arqueología de la Represión y Resistencia en América Latina (1960-1980)* Córdoba: Brujas, p. 147-158.
- LUMBRELAS, Luís Guillermo. 1981. *La Arqueología como Ciencia Social*. Lima: Peisa.
- MARSHALL, Yvonne (ed.). 2002. *Community Archaeology*. World Archaeology, special issue, Durham: Routledge.
- MCGUIRE, Randall. 1992. *A Marxist Archaeology*. New York, Academic Press.
- MCGUIRE, Randall H. 2008. *Archaeology as political action*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 2008.
- MESKELL, Lynn. 1998. *Archaeology under fire: nationalism, politics and heritage in the Eastern Mediterranean and Middle East*. London: Routledge.
- MESKELL, Lynn & WEISS, Lindsay. 2006. Coetzee on South Africa's Past. *Remembering in the time of forgetting*. *American Anthropologist* 108 (1):88-99.
- PINSKY, Valerie. 1989. A critical role for the history of archaeology In Valerie Pinsky and Alison Wylie (eds.) *Critical traditions in contemporary archaeology*, Cambridge, Cambridge University Press, p. 88-95.
- POLITIS, Gustavo & GOLLÁN, Antonio Pérez. 2004. Latin American Archaeology: from colonialism to globalization. In Lynn Meskell & Robert Preucel (eds.) *A companion to social archaeology*. Oxford: Blackwell, p. 353-373.

- PREUCCEL, Robert W. & MROZOWSKI, Stephen A. (eds.). 2010. *Contemporary Archaeology in Theory. The New Pragmatism*. Wiley-Blackwell. 2<sup>a</sup> ed.
- SCHAEKL, Paul A. 2011. Pursuing heritage, engaging communities. *Historical Archaeology*, 45(1):1-9.
- SHACKEL, Paul A. & CHAMBERS, Erve J. (eds.). 2004. *Places in mind. Public Archaeology as applied anthropology*. New York/ London, Routledge.
- SHANKS, Michael & TILLEY, Christopher. 1987. *Re-constructing Archaeology. Theory and Practice*. New York, Cambridge University Press, 1987.
- SHANKS, Michael & TILLEY, Christopher. 1988. *Social Theory and Archaeology*. Albuquerque, University of Mexico Press.
- SILVERMAN, Helaine. 2010. Perspectives on community archaeology. *Historical Archaeology*, 45(1):152-166.
- SINGLETON, Theresa A. & ORSER JR. Charles E. 2003. Descendant communities: linking people in the present to the past. In ZIMMERMAN, Larry J., VITELLI, Karen D., HOLLOWELL-ZIMMER, Julie (eds.). *Ethical issues in Archaeology*, Society for American Archaeology, Walnut Creek, California: AltaMira Press, p.143-152.
- SPEED, Shannon. 2006. At the crossroads of Human Rights and Anthropology: toward a critically engaged activist research. *American Anthropologist*, 108(1), p. 66-76.
- TILLEY, Christopher. 1989. Archaeology as socio-political action in the present. In PINSKY, Valerie & WYLIE, Alison (eds.). *Critical traditions in contemporary archaeology. Essays in the philosophy, history and socio-politics of archaeology*. Cambridge, Cambridge University Press, p. 104-116.
- VARGAS ARENA, Iraida & SANOJA, Mario. 1999. Archaeology as a social science: its expression in Latin America. In POLITIS, Gustavo G. & ALBERTI, B. (eds.). *Archaeology in Latin America*. London: Routledge, p. 59–75.
- WOOD, Margaret C. 2002. Moving towards transformative democratic action through archaeology, *International Journal of Historical Archaeology* 6(3): 187–98.
- ZARANKIN, Andrés & SALERNO, Melisa. 2008. Después de la tormenta. *Arqueología de la represión em América Latina*. *Complutum* 19(2):21-32.